



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

PONTES OU CORRENTES? A COMERCIALIZAÇÃO CONJUNTA COMO ESTRATAGEMA DE INCLUSÃO DOS CATADORES AUTÔNOMOS

Juliana Teixeira Gonçalves¹; Francisco de Paula Antunes Lima²

¹Núcleo Alter-Nativas de Produção UFMG, juliana.txg@gmail.com

² Departamento de Engenharia de Produção UFMG, frapalima@gmail.com

**GT: Resíduos sólidos: economia circular e desigualdades nas cadeias produtivas em
tempos de emergência climática**

RESUMO

A proposta de comercialização conjunta entre catadores autônomos e cooperativas ou associações ressurgiu como resposta para reaproximar dois segmentos de uma mesma categoria, historicamente separados por diferentes níveis de organização e reconhecimento. Este artigo trata de diversas experiências de integração de catadores autônomos com cooperativas e associações, buscando compreender como essa estratégia se consolida na prática. No entanto, quando examinada em profundidade, a comercialização conjunta revela-se muitas vezes mais como um estratagema do que como uma alternativa robusta de inclusão, pois tanto conecta, mas não necessariamente emancipa, quanto intermedia, mas nem sempre transforma as condições de trabalho e renda dos catadores. Conclui-se que a comercialização conjunta só se torna uma ponte real de inclusão se vier acompanhada de políticas públicas integradas, apoio contínuo e atenção às condições de trabalho dos catadores autônomos.

**Palavras-chave: Reciclagem Inclusiva; Gestão de Resíduos Sólidos; Catadores de
Materiais Recicláveis**

Destaques (*highlights*)

- A comercialização conjunta não é novidade, mas assume novas incumbências;
- A prática da comercialização conjunta, isoladamente, não garante inclusão plena;
- Competir por preço com ferros-velhos enfraquece princípios da economia solidária;
- O processo de integração de autônomos revela múltiplos desafios práticos.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

INTRODUÇÃO

Os catadores de materiais recicláveis ocupam uma posição estratégica, embora precarizada e subalterna, nas cadeias globais da reciclagem, marcadas por uma forte assimetria: ainda que desempenhem um papel fundamental no funcionamento da economia circular, recebem a menor parcela do valor gerado ao longo do processo (Gonçalves & Lima, 2022). Responsáveis pela recuperação de materiais pós-consumo e pelo abastecimento de indústrias recicladoras que se beneficiam economicamente de sua atuação, esses trabalhadores atuam em condições precárias de trabalho, com pouca ou nenhuma proteção social, falta de acesso a direitos trabalhistas e marcada por baixa remuneração (Gonçalves & Lima, 2022; Picolotto; Pinho; Casara, 2024). Um estudo recente os coloca em condição análoga ao trabalho escravo, incluindo o trabalho infantil, explorado por grandes empresas multinacionais (Picolotto; Pinho; Casara, 2024). Mesmo sem ter uma relação direta de exploração da força de trabalho, a posição dessas grandes empresas na organização das cadeias de produção distribuídas mundialmente, mas “concentradas” e controladas, lhes dá poder para capturar uma parcela do valor maior do que o valor agregado por elas (Suwandi, 2024). Na cadeia da reciclagem, as empresas se apropriam do valor gerado pelos catadores jogando com preço relativo da matéria-prima virgem e dos materiais recicláveis, com a importação e controlando a inovação e os processos de beneficiamento em grande escala.

Essa desigualdade presente nas cadeias globais de valor também se manifesta nas relações entre os próprios catadores, especialmente quando se observa a diferença entre aqueles que estão organizados em cooperativas e associações (ACs) e os que atuam de forma autônoma. As políticas públicas e os sistemas oficiais de coleta seletiva tendem a reconhecer e incluir apenas os catadores vinculados a essas organizações, ou seja, a inclusão desses trabalhadores sempre está atrelada ou condicionando à formalização institucional. Apesar das diferentes formas de inclusão (Gonçalves et al. 2023), há uma lógica comum que se desenvolve em meio a disputas por distinção (Silva & Michelotti, 2009) e acesso aos materiais: as ACs têm prioridade na gestão de resíduos e nos sistemas de coleta seletiva, mas, e os catadores autônomos, o que fazer deles?

A diversidade existente dentro da categoria de catadores de materiais recicláveis dificulta a consolidação de políticas de inclusão baseadas em um caminho único: a saída das ruas para o

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

trabalho em galpões (Gonçalves, 2017). Esse caminho único já demonstrou suas limitações sob vários aspectos por responsabilizar os indivíduos que não se adequam ao trabalho coletivo dentro de galpões, acirrar a distinção e conflitos internos, gerar dependência em relação ao poder público e, por fim, deixa de atender cerca de 90% da categoria. Por outro lado, das cooperativas e associações, esse modelo acaba fragmentando a atuação dos catadores nas cidades, dificultando a rotina de trabalho, a logística de coleta e afasta os cooperados da população, o que impacta negativamente na quantidade e qualidade dos materiais separados nos domicílios.

Nesse cenário, a integração de catadores autônomos como trabalhadores do sistema de coleta seletiva requer o reconhecimento de sua função como parte importante da gestão de resíduos urbanos, com inserção estruturada e integrada a cooperativas, associações ou outros modelos organizativos (Gonçalves, 2024). A comercialização conjunta entre catadores autônomos e grupos organizados surge, nesse contexto, como uma estratégia de integração: um solo comum onde seria possível construir cooperação e superar as diferenças (Gonçalves, 2024). Trata-se, no entanto, de um modelo ainda incipiente, que precisa ser discutido de forma mais aprofundada não apenas para ser consolidado, mas também para identificar armadilhas no processo que podem comprometer a perspectiva inclusiva.

Esse artigo trata da comercialização conjunta entre catadores autônomos e ACs e a avalia criticamente se se trata de uma estratégia genuína de fortalecimento ou de uma manobra paliativa em uma cadeia produtiva exploratória. A comercialização conjunta, como estratégia de integração de catadores não é, aqui, entendida como neutra. Ao mesmo tempo em que pode funcionar como uma ponte real de inclusão de catadores autônomos com elementos de solidariedade e fortalecimento do trabalho, pode também se transformar em uma corrente de dependência e exploração, se não for acompanhada de uma integração desse trabalho em sistemas de coleta seletiva nas cidades.

Atualmente, observam uma tendência de aceitação da atuação integrada e reconhecimento de catadores como uma categoria profissional única, independentemente de como se organizam. Entretanto, alguns ajustes ainda precisam ser feitos para que a integração dos catadores autônomos aos sistemas de coleta seletiva ocorra de forma efetiva e reconhecendo suas



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

limitações e diferenças. Isso implica repensar, em termos teóricos, a própria noção de inclusão e as dicotomias muitas vezes naturalizada, como incluídos x excluídos, organizados x não-organizados, coletivo x individual, formais x informais, que criam barreiras para a construção de novos modelos de integração. Além disso, é necessário considerar como as desigualdades da cadeia produtiva da reciclagem se perpetuam nas disputas constantes por materiais recicláveis nas ruas da cidade

Esse artigo está dividido em 5 partes, incluindo esta introdução que apresenta uma contextualização da comercialização conjunta como estratégia; na segunda, detalha-se a metodologia adotada; na terceira, discutimos a comercialização conjunta, seus avanços, gargalos e desafios; na quarta, fazemos uma discussão crítica; e, por fim, na quinta parte, apresentamos recomendações para uma inclusão que beneficie efetivamente os catadores autônomos.

METODOLOGIA

No presente artigo, o termo “*catador autônomo*” é utilizado para se referir aos trabalhadores que atuam na coleta, separação e venda de materiais recicláveis de forma independente, sem vínculo formal com ACs reconhecidas institucionalmente. Essa escolha terminológica se fundamenta nas discussões metodológicas apresentadas por Gonçalves (2024), que destaca a importância de reconhecer a diversidade de formas de trabalho, evitando generalizações que apagam suas especificidades.

Define-se “*comercialização conjunta*” como a prática em que catadores autônomos e grupos organizados ou ACs estabelecem relações articuladas de compra e venda de materiais recicláveis, criando arranjos coletivos com a promessa de melhorar as condições de trabalho e renda. No contexto deste estudo, essa prática surge como uma estratégia emergente de aproximação e possível integração entre segmentos historicamente separados dentro da mesma cadeia produtiva.

Este artigo foi desenvolvido a partir dos estudos conduzidos em Gonçalves (2024), aprofundando reflexões, conceitos e análises construídas no trabalho de pesquisa e intervenção. Para fundamentar a discussão, foram identificadas e selecionadas experiências práticas que



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

ilustram diferentes formas de organização e articulação entre catadores autônomos e cooperativas em Minas Gerais e São Paulo. Essas experiências servem como base empírica para examinar os potenciais, limitações e desafios dessa estratégia, considerando os contextos sociais, econômicos e políticos em que se inserem.

A análise dessas experiências foi conduzida por meio de pesquisa-ação (Thiollent, 2011), com participação direta junto a catadores, lideranças de cooperativas e agentes públicos. Além disso, a coleta de dados combinou a pesquisa-ação com a Grounded Theory ou Teoria Fundamentada em Dados, que se concentra na construção de teoria diretamente a partir do material empírico, sem recorrer a hipóteses pré-definidas (Tarozzi, 2011; Strauss & Corbin, 2008; Charmaz, 2009). Foram utilizados registros de atas de reuniões, entrevistas abertas e análise de documentos produzidos pelos próprios atores envolvidos. Essa abordagem permitiu compreender os processos da operação, as tensões que emergem nas relações entre autônomos e grupos organizados e as condições práticas que viabilizam ou limitam a comercialização conjunta como forma de inclusão socioprodutiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Um solo comum para o encontro colaborativo entre diferentes

Um processo de cooperação, seguindo Sennett (2019), pode ser entendido como uma troca na qual todos os participantes se beneficiam do encontro. Manzini (2017) complementa que a colaboração acontece quando as pessoas se reúnem e constroem um valor comum, sendo o cerne dessa relação o próprio encontro. Assim, a estratégia de comercialização conjunta tem o potencial de promover esse encontro entre catadores autônomos e empreendimentos de catadores, criando valor compartilhado que vai além da mera troca de materiais.

A cooperativa ou associação, por princípio, busca incluir catadores e integrar grupos vulnerabilizados pela precariedade socioeconômica, com o potencial de oferecer trabalho digno e geração de renda. O interesse em atrair catadores autônomos manifesta essa vocação inclusiva, que, na prática, se concretiza pela absorção da produção, mas não deve parar por aí. Essa conexão inicial estabelece uma ponte que demanda diálogo e escuta para fortalecer acordos mútuos e adequar a operação e suas possibilidades. Com o tempo, essa relação revela



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

demandas por equipamentos, insumos e apoio logístico que viabilizem o trabalho de forma mais segura e eficiente. Para os catadores autônomos, a colaboração com cooperativas amplia possibilidades de renda, acesso a equipamentos de proteção e suporte básico para a atividade. O valor pago por alguns materiais tende a ser maior do que o praticado por ferros-velhos. Muitas cooperativas também recolhem o material diretamente nos locais onde os catadores atuam, facilitando a logística. O maior volume de materiais possibilita o acesso a incentivos vinculados ao volume comercializado, reforçando o interesse das cooperativas em cooperar com esses trabalhadores, que atuam de forma mais capilarizada que a coleta seletiva pública. Apesar desse potencial, são raras as experiências em que a conexão a partir da comercialização conjunta se efetivou em articulações mais amplas com o reconhecimento da atuação de catadores nas ruas nos sistemas formais de coleta seletiva por meio de políticas públicas de inclusão estratégicas.

Nesse cenário persistem desafios importantes. Um deles é lidar com a vulnerabilidade extrema de parte dos catadores autônomos, que podem enfrentar insegurança alimentar, moradia precária ou inexistente, uso abusivo de álcool e outras drogas e ausência de documentação. Integrar esse público exige estratégias específicas de acolhimento, acompanhamento social e articulação com políticas sociais. Assim, a conexão proposta para integrar esses trabalhadores precisa vir acompanhada de ações assistenciais que não se limitem a respostas emergenciais, mas que ofereçam perspectivas reais de transformação, superando a lógica de dependência. É preciso refletir criticamente sobre a real capacidade dos projetos de integração de catadores por meio da comercialização conjunta em promover mudanças estruturais. Além disso, muitos grupos de catadores autônomos têm interesse em se organizar como associação ou cooperativa própria, que é uma demanda histórica, mas que raramente é contemplada nas ações de integração dos coletivos e representa uma oportunidade concreta de mobilidade social e autonomia, evitando que fiquem restritos à condição de fornecedores de materiais tutelados pelas ACs.

Outro ponto é garantir a participação social e política dos catadores autônomos, assegurando voz em debates sobre políticas públicas e decisões que impactam diretamente seu trabalho. É igualmente fundamental evitar que as cooperativas entrem na disputa direta de preços com ferros-velhos, pois essa competição esvazia os princípios solidários e reproduz a lógica de exploração que se pretende superar. Além disso, é necessário atentar para as condições reais de

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

coleta, ou seja, se esses catadores têm alimentação, equipamento adequado e jornadas de trabalho seguras. Integrar a produção sem enfrentar essas questões significa perpetuar a precariedade.

2. A comercialização conjunta e a construção da parceria entre catadores

A estratégia de comercialização conjunta não é novidade entre os catadores de materiais recicláveis. Muitos empreendimentos de catadores e projetos de apoio já desenvolvem essa prática, seja para atender catadores que atuam nas ruas, seja para garantir o fornecimento de materiais devido à ausência ou baixa abrangência da coleta seletiva realizada pelo poder público. Catadores que não integram cooperativas ou associações percorrem residências, comércios, escolas e outros pontos geradores de resíduos, e costumam vender os materiais coletados diretamente a compradores privados (ferros-velhos, aparistas, sucateiros ou depósitos).

As experiências analisadas mostram que a comercialização conjunta entre catadores autônomos e ACs busca integrar essa produção de forma mais organizada, oferecendo uma alternativa aos atravessadores. Entretanto, incorporar a produção de catadores autônomos ainda gera resistência em parte das lideranças, é essencial que a integração esteja regulamentada no regimento interno ou no estatuto do empreendimento, deixando evidente que se trata de uma relação socioeconômica e não puramente comercial.

Apesar disso, persistem dúvidas sobre o melhor formato jurídico para institucionalizar essa relação. Algumas organizações optam por formalizar os catadores de rua como cooperados externos (Gonçalves et al., 2021), enquanto outras criam um CNPJ específico para gerenciar projetos de compra de materiais, adotando arranjos híbridos (Gonçalves, 2024). Essa ambivalência, onde o catador não é um membro pleno, mas também não é apenas fornecedor, gera insegurança para os trabalhadores e pode trazer riscos contábeis, jurídicos e financeiros para as organizações.

Um dos atrativos da comercialização conjunta é o aumento do volume de materiais processados, o que amplia a arrecadação com programas de logística reversa e pagamento por serviços



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

ambientais. No entanto, nem todas as cooperativas incluem os catadores autônomos como beneficiários desses repasses por não terem vínculos formais com a organização.

De uma maneira geral, integrar catadores autônomos não é um processo automático. Há desconfiança mútua, além das dificuldades das cooperativas em competir com condições oferecidas por compradores privados, como o pagamento imediato em dinheiro. Identificar, mobilizar e manter o vínculo com os autônomos exige acolhimento, atendimento de demandas específicas e estrutura de apoio, o que muitas cooperativas não conseguem oferecer sozinhas.

No dia a dia, o recebimento dos materiais dos catadores autônomos ocorre de duas formas: (i) o catador leva os materiais até o galpão ou ponto de apoio, onde ocorre pesagem, registro e processamento; ou (ii) a cooperativa realiza a retirada no local onde o catador está, usando caminhões próprios para facilitar o transporte, especialmente em áreas mais distantes. A instalação de pontos de recebimento exige infraestrutura mínima como espaço para pesagem, triagem rápida, descanso e banheiros.

Após a entrega ou retirada, os materiais são pesados e passam por triagem fina, da qual se desconta rejeitos e materiais não recicláveis. Como muitos catadores de rua não têm local ou tempo para realizar essa separação prévia, acabam usando espaços públicos, o que é uma atividade proibida em várias cidades. Os materiais são aceitos em categorias mais amplas como plásticos PP, PEAD, PEBD ou PET sem distinção de cor, o que facilita o recebimento, mas aumenta o custo da triagem interna no galpão. A melhoria da qualidade final depende da triagem detalhada, mas isso gera custos que geralmente são deduzidos do valor pago ao catador autônomo.

Além das dificuldades logísticas, a diversidade de materiais também coloca desafios financeiros. Muitos empreendimentos não conseguem adquirir e comercializar todos os tipos de material coletado pelos autônomos. Embalagens cartonadas têm baixa atratividade para atravessadores, mas são absorvidas pelas cooperativas, mesmo com preço baixo e dificuldades de escoamento. Materiais com baixa frequência de venda e preços oscilantes dificultam a definição de tabelas de preços e exigem estoques que poucas cooperativas conseguem manter. Catadores relatam que alguns materiais (embalagens cartonadas e alguns tipos de plástico) são



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

vendidos apenas a cada seis meses ou até uma vez por ano, o que compromete o planejamento financeiro e a operação do capital de giro.

Os custos operacionais da comercialização conjunta raramente são plenamente contabilizados. O capital de giro poderia ser uma alternativa para viabilizar pagamentos regulares, mas poucas organizações têm acesso a financiamentos específicos, de baixo custo, e quase todas vivem com um fluxo de caixa muito irregular, o que complica gerenciar esse recurso financeiro, difícil de ser estimado sem informações confiáveis sobre o volume de materiais e sua sazonalidade. E o capital de giro é um recurso que cobre apenas parte da operação, não toda a estrutura de acolhimento e suporte.

Quando não há projetos de apoio à operação, os custos acabam embutidos no valor pago ao catador, criando uma integração frágil, sem impacto real na melhoria das condições de trabalho. Por serem projetos e ações majoritariamente assistenciais, sua descontinuidade deixa os catadores sem apoio e sobrecarrega os empreendimentos que não têm estrutura e experiência para fazer o acolhimento e acompanhamento sozinhos. Assim, em momentos de crise financeira, a comercialização conjunta tende a ser interrompida, pois deixa de ser prioridade diante da necessidade de garantir a sustentabilidade interna do grupo.

Por isso, a comercialização conjunta deve ser entendida como uma estratégia que vai além da simples compra e venda de materiais. Quando bem estruturada, pode oferecer acesso a EPIs, *big bags*, cestas básicas, itens de higiene e vestuário que são demandas que as políticas públicas ainda não atendem plenamente os trabalhadores autônomos. Em alguns casos, há também repasses financeiros de programas de logística reversa ou de iniciativas como o Bolsa Reciclagem de Minas Gerais, que remunera as ACs pela prestação de serviços ambientais. Parte desse benefício pode ser revertida para melhorar as condições dos autônomos integrados. No entanto, o acesso a esses recursos ainda enfrenta barreiras, seja pela dificuldade de formalização dos catadores, seja pela resistência interna de cooperados em compartilhar recursos limitados. Isso reforça a importância de fortalecer a governança e ampliar o apoio técnico e financeiro, para que a comercialização conjunta seja, de fato, uma ponte de inclusão e não mais um elo na cadeia de exploração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

O desafio histórico da integração de catadores autônomos às políticas públicas de coleta seletiva ainda encontra limites estruturais importantes. Embora o modelo vigente tolere os catadores de rua, o reconhecimento institucional e o acesso a políticas públicas continuam colocando as ACs como caminho único. Essa situação pode reforçar desigualdades dentro da própria categoria e dificultar a inclusão plena de quem atua de forma autônoma. Nesse contexto, a comercialização conjunta entre catadores autônomos e empreendimentos organizados tem sido vista, por alguns atores, como estratégia potencial de integração. Porém, se for tratada como solução isolada, pode reproduzir a mesma assimetria e exploração estrutural que marca a cadeia produtiva da reciclagem.

As experiências atuais evidenciam a necessidade de políticas e práticas que reconheçam a função essencial dos catadores autônomos nos sistemas de coleta seletiva. A valorização da autonomia desses trabalhadores e a criação de caminhos para sua auto-organização podem ajudar a romper relações históricas de dependência e tutela. Tendo em vista que essa situação de precariedade é determinada pela forma como o valor é apropriado nas cadeias de produção globais, de nada adianta apelar aos sentimentos humanitários ou de distribuição justa do valor pelas corporações transnacionais que controlam as cadeias da reciclagem. Mudar a condição dos catadores depende mais da colaboração que pode ser tecida entre eles. Nesse sentido, a construção de estratégias que integrem a atuação dos catadores aos sistemas de coleta seletiva formais, pode contribuir nesse processo, por exemplo, a organização de rotas dos caminhões de coleta em arranjos multimodais que sejam compatíveis com a lógica de trabalho dos catadores de rua (Gonçalves, 2024). Ao mesmo tempo, a atuação desses trabalhadores junto aos moradores, nas ruas, quando mediada institucionalmente pela prefeitura pode ser fortalecida e promover confiança, engajamento e adesão da população na separação dos resíduos para reciclagem. Esse tipo de relação baseada na proximidade física e cotidiana tem potencial de ampliar a eficiência e a abrangência da coleta seletiva, valorizando a contribuição dos catadores autônomos como agentes da política pública de resíduos e com potencial real de aumento da reciclagem nas cidades.

A comercialização conjunta deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo de fortalecimento da economia solidária, que não pode se submeter à lógica de guerra de preços

Apoio:



Realização:



anppas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

com atravessadores ou ferros-velhos, sob risco de perder os princípios que historicamente fundamentaram o movimento de catadores de materiais recicláveis no Brasil.

Por fim, espera-se que as reflexões apresentadas neste trabalho possam subsidiar novas práticas e políticas públicas que ampliem a capacidade de integração, participação social e mobilidade econômica dos catadores autônomos, reconhecendo-os como sujeitos centrais na promoção de cidades mais inclusivas, sustentáveis e justas, primeiro passo para lutar contra a exploração constitutiva das cadeias de produção e de valor globais.

REFERÊNCIAS

CHARMAZ, K. A construção da teoria fundamentada. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GONÇALVES, J.T & LIMA, F.P.A. A Reciclagem Informal no Brasil.. In: Lima & Rutkowski. (org.) Atlas Brasileiro da Reciclagem. São Paulo: ANCAT, 2022.

GONÇALVES, J.T.; MANZANARES, R.D.; LIMA, F.P.A. & AZEVEDO, D.A.G. Integração Rua-Galpão e Inclusão de Catadores de Rua pela Associação Acari em Itajubá (MG). X ENANPPAS. Anais. Campinas – SP. 2021.

GONÇALVES, J.T, CAMPOS, L.S. & LIMA, F.P.A. Inclusão de catadores de materiais recicláveis em sistemas de coleta seletiva municipais: proposições teórico-práticas para construção de novas alternativas, 2023, artigo não publicado.

MANZINI, E. Design: quando todos fazem design: uma introdução ao design para a inovação social. São Leopoldo: Unisinos, 2017.

PICOLOTTO, A.; PINHO, M.H.; CASARA, M. Humanidade descartável. Florianópolis: Construtores de memórias, 2024.

SENNETT, R. Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Editora Record, 2019.

SILVA, M. K.; MICHELOTTI, F. C. Conflitos por reconhecimento na modernidade periférica entre a igualdade e a distinção. Política & Sociedade, v. 8, n. 14, p. 447-474, 2009.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

STRAUSS, A; CORBIN, J. Pesquisa qualitativa.. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008

SUWANDI, I. (2024). Cadeias de valor. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

TAROZZI, M. O que é a grounded theory. Petrópolis: Vozes, 2011.

THIOLLENT, M. Action research and participatory research. International Journal of Action Research, v. 7, n. 2, p.160-174, 2011.

Apoio:



Realização:



anppas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:

